



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141404 - RS (2021/0011366-6)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
RECORRENTE : DOUGLAS BIANCHESSI DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DARCI CÂNDIDO DE PAULA - PR017780
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CORRÉU : DANIEL HENRIQUE SCHULTZ GUARDA
CORRÉU : VICENTE FELIPE DE OLIVEIRA
CORRÉU : JACKSON GONÇALVES DOS SANTOS PEDROSO
CORRÉU : FRANCO GRAIN BOTELHO
CORRÉU : LUCAS FERREIRA DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DOUGLAS BIANCHESSI DOS SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA QUARTA REGIÃO (N. 5037769-07.2020.4.04.0000) assim ementado (fl. 573):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. OBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. CRIME PERMANENTE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO SISTEMA ACUSATÓRIO OU CERCEAMENTO DE DEFESA.

1. As interceptações telefônicas foram levadas a efeito a partir de decisões proferidas em estrita observância à Lei nº 9.296/96, inclusive no que diz respeito aos prazos de vigência das captações realizadas.

2. Não há que se falar em violação ao sistema acusatório ou cerceamento de defesa, porquanto não houve a atribuição ao réu de "23 condutas de associação para o tráfico", mas apenas a indicação de que os fatos narrados nos respectivos itens poderiam demonstrar a estabilidade e a permanência da associação, crime de natureza permanente.

Foram rejeitados embargos de declaração (fls. 602/609).

O recorrente, preso preventivamente e denunciado por 25 condutas de tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico e financiamento do tráfico, foi condenado a 33 anos, 8 meses e 13 dias de reclusão, no regime inicial fechado, pelos delitos dos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, tendo sido absolvido da prática descrita no art. 36 do mesmo diploma legal.

Argumenta que a condenação é nula, porque arrimada em interceptação telefônica e telemática prorrogada por mais tempo do que autoriza a Lei n. 9.296/1996.

Requer, liminarmente e no mérito, o trancamento da ação penal em razão da ilicitude das provas obtidas a partir do auto circunstanciado n. 6.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto, como visto, o acórdão atacado deixou assente terem sido as interceptações realizadas em obediência à lei.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência